

Ensino de Geografia e a Formação Cidadão: conscientização e ação

Prof. Ms.: John Carlos Alves Ribeiro

IFG-Campus Uruaçu-GO, e-mail: jc.arifg@gmail.com

Gabriella Aguiar Valente

IFG-Campus Uruaçu-GO, e-mail: gabiaguiarv@hotmail.com

Resumo

Essa proposta de pesquisa tem como intuito discutir as possibilidades do ensino de geografia para a formação de cidadãos ativos e participativos em escolas de Uruaçu-GO. Entendendo a escola enquanto espaço complexo que permite tanto a reprodução, quanto a transformação da sociedade em que vivemos essa pesquisa pretende refletir sobre como as aulas de geografia podem contribuir para a efetivação da cidadania. Dessa forma, ser cidadão é entendido aqui como mais que ter direito, mas como, também, ter direito a ter direitos, tem o cidadão um papel central nessa busca por viver à cidade o mais plenamente possível. A questão central desse projeto é, portanto: como a educação formal através das aulas de geografia pode contribuir para a formação de cidadãos ativos, conscientes e participativos? Para ser possível tal estudo serão realizados estudos sobre a escola, a educação e o ensino de geografia, bem como a cidade, o urbano, a urbanização e a cidadania. Com esses estudos pretende-se: Compreender a atuação do professor de geografia de algumas escolas de Uruaçu-GO para a formação do cidadão ativo e consciente de seu papel diante da sociedade; Discutir a atual realidade escolar e suas possibilidades para a reprodução/transformação da sociedade; Destacar as metodologias, temas e abordagens utilizadas pelos professores das escolas pesquisadas que possam ou não contribuir para a formação de um cidadão ativo; Perceber o papel dos alunos no processo de ensino/aprendizagem durante as aulas de geografia e sua contribuição ou não para sua própria formação enquanto cidadão; Analisar e discutir de que forma as aulas de geografia podem contribuir (mais, ou menos, ou se não podem) para a formação de cidadãos ativos.

Palavras-chave: Educação, Ensino de geografia, Cidadania, Direito à cidade

Introdução

A Constituição Brasileira é a base maior da legislação nacional, a partir da qual são elaboradas leis e normas que nos fazem pertencer à sociedade brasileira. Sendo assim, ser cidadão em nosso país passa, em primeiro lugar, por como nos posicionamos diante do texto original da Constituição da República Federativa do Brasil e das demais leis elaboradas a partir dela. Enfim, ser cidadão deve ser mais do que apenas ter direitos e deveres, mas como lidamos com nossos direitos e nossos deveres.

Diante dessa situação foi elaborada essa proposta de pesquisa que tem como intuito discutir as possibilidades do ensino de geografia para a formação de cidadãos ativos e participativos em escolas de Uruaçu-GO. Sendo a geografia uma ciência social, que trabalha muitas questões relacionadas ao cotidiano dos cidadãos, das quais muitas se relacionam com o posicionamento político e a busca por efetivação de direitos ou mesmo da falta de conhecimento dos reais direitos e/deveres em seu cotidiano. Dessa forma tentamos aqui trabalhar com os conceitos e categorias geográficas e a partir de uma leitura específica de escola e de educação que nos permita analisar as possíveis contribuições da geografia para a formação cidadã.

Entendendo a escola enquanto espaço complexo que permite tanto a reprodução Bourdieu (1982), Althusser (1999), quanto a transformação da sociedade em que vivemos Gadoti (1981), Freire (1983), Adorno (1995), Brandão (2004) e, portanto, essa pesquisa pretende refletir sobre como as aulas de geografia podem contribuir para a efetivação da cidadania. Que conceitos e metodologias podem contribuir para a formação do cidadão ativo e participativo? A partir dessa reflexão buscamos construir uma visão de cidadania na qual ser cidadão é entendido como mais que ter direitos, mas como, também, ter direito a ter direitos, tendo o cidadão um papel central nessa busca por viver à cidade e seus espaços e recursos e serviços o mais plenamente possível.

A questão central desse projeto é, portanto: como a educação formal através das aulas de geografia pode contribuir para a formação de cidadãos ativos, conscientes e participativos? Para ser possível tal estudo serão realizados estudos sobre a escola, a educação e o ensino de geografia, bem como a cidade, o urbano, a urbanização e a cidadania.

Com esses estudos pretende-se: Compreender a atuação do professor de geografia de algumas escolas de Uruaçu-GO para a formação do cidadão ativo e consciente de seu papel diante da sociedade; Discutir a atual realidade escolar e suas possibilidades para a reprodução/transformação da sociedade; Destacar as metodologias, temas e abordagens utilizadas pelos professores das escolas pesquisadas que possam ou não contribuir para a formação de um cidadão ativo; Perceber o papel dos alunos no processo de ensino/aprendizagem durante as aulas de geografia e sua contribuição ou não para sua própria formação enquanto cidadão; Analisar e discutir de que forma as aulas de geografia podem contribuir (mais, ou menos, ou se não podem) para a formação de cidadãos ativos.

Educação e ensino

O conceito de ensino e aprendizagem foi por muito tempo empregado como sinônimos fruto de correntes epistemológicas empíricas. Essa teoria idealiza um indivíduo sem conhecimento prévio ao se ingressar na escola, muitas vezes definido como uma tábula rasa, ou seja, sem qualquer conhecimento cotidiano ou história. Nessa concepção o professor é entendido como o detentor do conhecimento e o aluno um recipiente a se preencher de informações.

Esse modelo de ensino foi extremamente difundido em meados da década de 80, no Brasil, durante a Ditadura Militar, o que contribuiu ainda mais para o retrocesso da aprendizagem crítico-construtiva da nação brasileira. Na Geografia, foco de nossa pesquisa, houve uma alteração nas matrizes curriculares de ensino, visando que os alunos atrelassem esta disciplina exclusivamente a sua esfera física.

De acordo com Lacoste (1988) esta área do conhecimento foi por muito tempo restrita, sobrepondo o conhecimento físico aos demais, que procuram desenvolver de forma mais ampla e abrangente o ser ativo e participativo. Permeando um interesse intrínseco do governo militar em formar um indivíduo o mais mecânico possível, portanto, despolitizado, acrítico.

Felizmente, diversos trabalhos têm sido feitos a fim de alterar essa visão, embora muitos ainda a utilizem, essa desconstrução pôde ser vista atualmente, no país, na forma de grandes manifestações em busca de direitos e reconhecimento popular. Gerando, em virtude dos novos métodos de ensino adotados, a mudança desse processo de construção do conhecimento nos ambientes educacionais.

Esta recente corrente epistemológica tem um caráter impar das anteriores, uma vez que preza pelo conhecimento prévio do aluno, utilizando o professor como uma bússola, que norteia o processo de aprendizagem. Buscando integrar o conhecimento anterior, aperfeiçoando-o conforme os conteúdos ministrados pelo professor, favorecendo a consolidação de elos entre os conceitos.

O espaço onde a experiência do estudante ocorre é, geralmente, a cidade, sendo ela um dos alvos a ser explorado pelo docente, bem como traz a professora Lana Cavalcanti: “A cidade é educadora, ainda que não intencionalmente, pois formam valores, comportamentos; ela informa com seu arranjo espacial, com seus sinais, com suas imagens, com sua escrita.” (CAVALCANTI, 2001).

Através desta prática o ensino de Geografia pode ser um dos grandes beneficiados, utilizando:

(...) o cotidiano, o espaço vivido dos sujeitos do processo como referência concreta para o encaminhamento da prática do ensino de geografia. Nesse sentido considerou-se fundamental entender as concepções do professor, como um desses sujeitos do ensino, sobre esse espaço vivido, sobre o lugar de sua vivência e da vivência de seus alunos, e compreender como essas percepções podem ajudar e têm ajudado na formulação de suas propostas. (CAVALCANTI, 2001)

Mediante a interferência do professor, o aluno pode reconstruir conceitos anteriormente edificados, fazendo assim uma reconstrução significativa através da ação de instigar o discente, demonstrando com isso o conceito reconhecido no meio acadêmico, visando não que o mesmo desconstrua sua percepção, mas a fortaleza e embase cientificamente.

Cidadania

Ainda hoje, tratar do tema cidadania nas aulas de Geografia pode soar estranho. Isso se dá porque até a década de 70, os conteúdos abordados pela Geografia eram fragmentados. Se falava de natureza, economia ou do homem de forma isolada, sem que houvesse uma interligação direta entre estes. Como as visões de mundo surgem por meio de questionamentos, passou-se a questionar se de fato o modelo educacional vigente estava permitindo uma visão ampla acerca da cidadania. Incidiu-se então que era impossível permitir um ensino efetivo sem que este esteja ligado à realidade concreta dos indivíduos. Essa realidade, por sua vez, diz respeito à questão social, econômica e cultural. Dessa forma, a Geografia assume o desafio de explicar as dinâmicas da sociedade para viabilizar e aguçar o senso crítico, indicando para onde aponta a cidadania, segundo a professora Lana Di Cavalcanti.

Pelo sendo comum, ser cidadão é ter direitos e deveres que são garantidos ao pertencer a uma nação. Entretanto, essa visão gera certo distanciamento quando é tratada, o que incita a necessidade de explorar outros âmbitos do que é ser cidadão, tendo em vista que há peculiaridades em cada contexto. Segundo Milton Santos, “a cidadania, sem dúvida, se aprende. É assim que ela se torna um estado de espírito, enraizado na cultura” (p. 82). Isso explica a importância de tornar a cidadania não apenas um conceito, mas sim algo palpável, que se vivencia e faz sentido à vida dos indivíduos. Trata-se de ter direito a ter direito, por meio da participação ativa. É estar integrado aos problemas e inteirar-se para a resolução deles.

Comumente se assiste pessoas expressando sua aversão pela política. Essa atitude é preocupante pois não interfere apenas a individualidade do ser, na verdade diz respeito à

mentalidade de uma geração que, por meio de suas ideologias e ações políticas, vai influenciar todo o rumo de uma nação. Para tanto, sua contribuição juntamente com a do professor se faz necessária. A escola assume o papel de mentora para a formação de cidadãos ativos, através dela a formação política é concretizada. Isso se dá à medida que temas decorrentes do meio são abordados de forma não apenas informativa, mas crítica, trazendo sentido à realidade em questão. Dessa forma, a escola contribui fortemente na maneira de perceber o mundo, analisar e perceber a relação entre os indivíduos.

A professora Lana Cavalcanti, relaciona a cidadania à cidade, visto que trata-se de um direito o uso e vivência da cidade/na cidade. Como afirma a pesquisadora: “A luta pelo direito à cidade, aos seus lugares, ao consumo mais autônomo e consciente de seus lugares e objetos, ao ambiente, é, assim, um exercício de cidadania.” (CAVALCANTI, 2001).

A cidade seria o espaço para a produção e aprendizagem da cidadania com caráter libertador, sendo ela desenvolvida, principalmente, em ambientes escolares:

Em outras palavras, o indivíduo torna-se cidadão com a contribuição de várias instâncias, destacando-se a escola. Esta, por ser um lugar dedicado ao trabalho com conhecimento e com a atribuição de significados, pode ser a instância-síntese ou lugar de encontro e confronto entre as diferentes fontes de concepção e prática da cidade (o saber ou o conhecimento científico e o saber cotidiano).

Sua pesquisa foi realizada em Goiânia-GO, uma cidade planejada que tem um núcleo abastado, ou seja, muito contraditório com a periferia. Dessa forma, ela percebe que a cidade tem assumido um caráter aprisionador, ao invés de libertador. Isso se dá na medida em que se torna difícil o acesso aos recursos culturais e sociais, uma vez que uma pessoa que se desloca da periferia ao centro urbano geralmente é gasto muito tempo e se desgasta fisicamente, inviabilizando o deslocamento e o acesso fácil àquilo que a cidade a princípio deveria oferecer.

Já a professora Maria de Lourdes, define a cidadania como sendo para todas as pessoas, sem discriminação, onde ela deve permitir direitos e deveres para a garantia de uma vida digna, com acesso à educação, lazer, habitação, alimentação, etc., todos os direitos sociais resguardados. Por outro lado, Miguel Arroyo entende que a educação é a formadora da cidadania, sendo que essa educação é desigual: quanto maior o poder aquisitivo, maior será a formação:

A tese da imaturidade e do despreparo das camadas populares para a participação e para a cidadania é uma constante na história do pensamento e

da prática política. Os longos períodos da negação da participação são justificados porque o povo brasileiro não está, ainda, educado para a cidadania responsável (...). Tanto nos longos períodos de exclusão do povo da participação como nos curtos de abertura, o exercício da cidadania não é permitido porque o povo não está preparado. O que diferencia, neste particular, as elites autoritárias das liberais é que estas se declaram a favor de educar as camadas populares para, um dia, participarem: o dia em que essas elites as julgarem capacitadas. (ARROYO, p.33).

Assim, nota-se uma diferença de cidadania que está intimamente atrelada ao poder de consumo.

Milton Santos trata bem desse tema quando diz que,

em lugar do cidadão, surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação a outros objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade de encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porquê simbólicos em sua própria origem (p.93).

Além disso, para ele, nos países subdesenvolvidos, com ênfase no Brasil, existem diferentes graus de cidadania e que ela não é a mesma em países desenvolvidos e subdesenvolvidos, o que é historicamente associado a mínima educação cidadã:

A tese da imaturidade e do despreparo das camadas populares para participação e para cidadania é uma constante na história do pensamento e da prática política. Os longos períodos de negação da participação são justificados porque o povo brasileiro não está, ainda, educado para a cidadania responsável. (ARROYO, p.33)

Ainda segundo ele, devido a concepção social do país, os direitos acabaram tornando privilégios e estão diretamente relacionados a questões econômicas de uma país com profundas desigualdades sociais. Devido os processos de desruralização, urbanização (concentrada e excludente), industrialização, crescimento econômico, expansão do consumo de massa, criou-se um ambiente propício para a extinção da cidadania no Brasil. Foram fatores que aos poucos deterioraram o potencial do cidadão, que cada vez mais se atrela ao consumo e a busca de privilégios. A partir disso, fundiu-se a ideia de Milton Santos de que o consumo determina quem é e quem não é cidadão.

Análise dos dados

Por intermédio da pesquisa, buscamos analisar a forma como se dá o ensino da geografia nas escolas públicas de Uruaçu, Goiás, e, verificar se ocorrem contribuições para formação cidadã. O método científico utilizado para tal, consiste em um primeiro momento na

realização do embasamento teórico e, posteriormente, na aplicação de questionários e entrevistas, obtendo ou não a confirmação do objeto em estudo.

Este levantamento de dados foi realizado em duas escolas, as quais entrevistamos alunos e professores. Inicialmente, abordamos o professor de geografia responsável pelas turmas do ensino médio de cada instituição e questionamos sobre aspectos práticos de suas exposições orais e sobre o comportamento e desempenho das turmas em geral.

Em seguida, aplicamos uma série de interrogações sobre os aspectos socioeconômicos aos alunos a cerca de suas famílias, transporte, moradia entre outras peculiaridades, necessários para traçar um perfil dos entrevistados, permitindo uma análise mais ampla através das respostas obtidas por meio dos aspectos mencionados.

Além desse método, a principal ferramenta para se entender de fato a compreensão da cidadania no espaço escolar, utilizamos um recurso mais específico, que consistiu na aplicação de um questionário com intuito de obter as informações necessárias para compreender suas respectivas visões de mundo sobre o tema, tanto por parte dos alunos quanto a contribuição do professor para tal. Para a eficácia dos resultados, buscamos realizar todo o conjunto de métodos da forma mais imparcial possível, buscando não transmitir uma opinião própria ou quaisquer outros meios que levem à tendência de uma resposta favorável a questão em estudo.

No Colégio Estadual Alfredo Nasser, durante a entrevista realizada com o professor, percebe-se que sua visão de cidadania está intimamente ligada a política e ao meio ambiente, atrelando o ensino de geografia como um fator decisivo de formação, para se realizar uma boa escolha política, pois para ele, é isso que vai determinar os rumos que a sociedade pode tomar nas diversas esferas sociais.

Sendo assim, a escola tem o papel de contribuir positivamente na realização dessa escolha, muito embora ele tenha apontando diversos problemas que acontecem no meio educacional brasileiro, como o desinteresse dos alunos e dos pais, que não os acompanham nas atividades escolares, além da falta de incentivo a continuação da carreira estudantil, embora o questionário socioeconômico entre em desacordo com este último fator, visto que, cerca de 94% dos alunos pretendem fazer um curso de nível superior.

O professor relata que considera o ensino da cidadania indispensável, mas que faltam alguns meios para se efetuar-lo, como recursos didáticos, palestras, eventos culturais, destacando assim que a escola precisa aumentar a gama de possibilidades para se inserir no contexto de ambiente escolar, colaborando assim no processo contínuo de formação cidadã.

Foram entrevistados oito alunos, sendo que, a maioria deles ao serem questionados sobre o entendimento de cidadania relacionado a Geografia, entendem-no como algo estritamente ligado ao aspecto físico deste campo de estudo e ao meio ambiente, o que ficou explícito na fala de um aluno que disse que: “na Geografia se ‘fala’ do meio ambiente”, “vejo os temas são os que ‘fala’ agropecuária os temas que ‘fala’ de relevo e outros” e “o espaço geográfico”. Apenas um aluno apresentou uma visão que difere das demais, onde relaciona a Geografia aos “termos políticos da cidadania”, se aproximando, de certa forma, da concepção do professor.

Os que responderam a questão sobre ser ou não cidadão, assentiram que sim, o que corresponde a 75% do total de entrevistados. A visão comumente por eles citada acerca da cidadania se volta, principalmente, para a participação ativa na sociedade, como disseram: “é você poder contribuir e participar da sociedade”, “ser cidadão é você ‘contribui’ na comunidade que você vive” e “ser cidadão é fazer boas obras na sociedade”.

Além do mais, todos consideraram o papel da escola na sociedade de extrema importância, reconhecendo a formação dada por essa instituição, alguns ressaltando a formação social, os ganhos na vida profissional e a retirada de jovens das ruas, bem como das drogas.

Nessa escola, apesar do professor afirmar tentar inserir no seu contexto de exposição teórica para os alunos, isso não se efetua de forma concreta, visto que eles não passaram esse conhecimento durante a entrevista no período de pesquisa. Percebe-se que a visão destes é restrita, sendo vista apenas como um dos meio responsáveis pela conservação do meio ambiente.

Já no Colégio Estadual Polivalente, a professora de geografia se mostrou interessada em auxiliar a pesquisa, além de mostrar-se qualificada e disponível. Foi licenciada em geografia na UFG (Universidade Federal de Goiás) e entende a cidadania “a escola tem um papel fundamental. Ela tem que formar cidadão críticos, acerca da realidade atual; ser mais exigentes, mais conhecedores dos assuntos pra poder ter melhores profissionais, porque os profissionais que estão trabalhando vão se aposentar, eles vão parar de trabalhar um dia e os nossos alunos vão ocupar esses cargos. Então de certa forma, a escola tem a obrigação de formar cidadão mais críticos, principalmente para o mercado de trabalho”.

Os alunos, em geral, demonstraram conhecimento sobre o que é cidadania, no entanto a maioria tem a mesma perspectiva: a cidadania como ato de participação, definindo-a como ter direitos e deveres. Entre as respostas obtidas foi citado que ser cidadão é “cumprir com nossos deveres e respeitar a lei”, ou “participar das escolhas da sociedade, estado, país”.

Dos quatro alunos entrevistados, apenas um não demonstrou nenhum interesse na pesquisa, mostrando-se arrogante, além de não apresentar compreensão clara do assunto em questão. Quando questionada, se a mesma incluía-se como cidadã, reagiu avessa ao tema: “não me considero cidadã, porque não participo de porcaria nenhuma”.

Sendo assim, apesar da visão da professora através da resposta dada em sua entrevista, percebe-se que a divergências de opinião e interesse por parte dos alunos, visto que não há uma homogeneidade de respostas. Cada aluno teve níveis de interesse, comportamento e compreensão distintos. Além disso, de frente as questões, mostraram-se receosos e despreparados, pois buscavam uma resposta adequada.

De antemão a professora deu um parecer sobre o perfil de alunos que encontraríamos na escola. Ela marcou uma clara distinção entre alunos e estudantes, para ela: “uma grande parcela dos alunos vem para o colégio. Estudantes são poucos. Em uma sala com 30 a 40 alunos, a gente deve ter em torno de 40% que são estudantes e vem com o objetivo de estudar e aprender. A maioria são alunos, eles se sentem na responsabilidade de vir para o colégio, não de estudar”. Nesse sentido, essa pode ser uma das explicações para a heterogeneidade retratada acima que corresponde aos resultados da pesquisa.

Quando o tema foi a contribuição da Geografia, as respostas obtidas foram de que cidadania e geografia se relacionam “na parte da economia, por exemplo”, “na política e infraestrutura”, “na questão ambiental” e “na parte que abrange a política de determinado local, cidade, estado, país” porque “influencia na sociedade pois mostra a relação que o cidadão encontra-se com seu meio político”. Além disso, foi também mencionado que “se os governantes derem o devido espaço, se torna mais fácil ser um cidadão de maneira ativa e expressiva”, o que mostra, então, um ato de cidadania ao preocupar-se com seu meio, a dinâmica e a atitude dos representantes do mesmo.

Três dos quatro alunos entrevistados não se consideram cidadãos, pois de acordo com eles, de maneira geral, eles não participam de maneira ativa nas decisões da sociedade, e também nem sempre praticam aquilo que os mesmos definiram como atos de cidadania. No entanto, um aluno se intitulou cidadão porque, segundo ele, o mesmo cumpre com suas designações na sociedade, ou seja, cumprir os deveres e respeitar a lei.

Fazendo uma análise de todas as respostas, reações e percepções em ambos os colégios, percebemos que, embora haja a compreensão teórica do conceito de cidadania por uma grande parte dos alunos e professores, ele não é aplicado efetivamente nos seus respectivos cotidianos visto que, boa parte deles não se consideram cidadãos ou tem dificuldade de definir-se enquanto tal. Os resultados alcançados foram suficientes para

mostrar que a escola e o ensino da Geografia têm um papel importante na formação do cidadão, mas que ainda assim há muito o que melhorar. Enfim, ainda é necessário buscar uma formação política ampla, para conduzir por meio das aulas e dos conteúdos o processo de formação de um cidadão consciente de seu papel diante da sociedade.

Conclusão

A partir desse esforço de pesquisa foi possível refletir um pouco mais sobre a formação do cidadão, tomando como foco o papel do professor de geografia, ciência social que, de acordo com os parâmetros curriculares nacionais e a opinião de professores e até de alguns alunos, pode contribuir para a formação de um cidadão consciente de seu papel na sociedade. Cabe aqui uma observação: essa pesquisa não desconsidera aqui a visão de cidadania virtual, garantida pela lei, na qual todos somos cidadãos perante a lei e a sociedade. Ao contrário, o que se coloca em questão é a necessidade de os cidadãos virtuais se posicionarem em luta por efetivação de seus direitos, cumprindo também com seus deveres.

Com base nos estudos realizados e nas entrevistas e questionários aplicados e tabulados o que se pode perceber é que a ciência geográfica possui um potencial de destaque na possível formação do cidadão ativo e participativo. Tanto alunos quanto professores entrevistados demonstraram que a geografia tem papel importante na construção do conceito de cidadania. Contudo, notamos também que apesar dessa potencialidade há muito o que fazer para ampliar a contribuição para a formação cidadã.

Algo que podemos destacar em muitas das respostas é que os conteúdos da geografia podem contribuir para a formação do cidadão, pois permitem o conhecimento do cotidiano, de assuntos que nos envolvem como a política e da economia e que pode nos fazer entender melhor o mundo a nossa volta. No entanto, ao analisar a forma como alunos e professores relataram a forma de tratar esses assuntos e conteúdos, notamos também que é possível ampliar o foco e trabalhar numa perspectiva sociopolítica e crítica, o que pode tornar os nossos alunos mais participativos no que se refere a atuação enquanto cidadão, ou seja, na busca por efetivação de nossos direitos e cumprimentos de nossos deveres.

Referências

ADORNO, Theodor W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

- ALTHUSSER, Louis. **Sobre a reprodução**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BORON, A.; AMADEO, J.; GONZÁLEZ, S. (Org.). **A teoria marxista hoje: propostas e perspectivas**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. **A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação?** São Paulo: Brasiliense, 2004. (Coleção Primeiros Passos: 20).
- BUFFA, E.; ARROYO, M. G.; NOSELLA P. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão?** - 10 ed. – São Paulo: Cortez, 2002.
- CANDAU, Vera Maria (Org.). **Reinventar a escola**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2000.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.
- _____. (Org.). **Novos Caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 2010.
- CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, Escola e Construção de Conhecimentos**. Campinas-SP: Papyrus, 1998.
- _____. Uma geografia da cidade – elementos da produção do espaço urbano. In: CAVALCANTI, Lana de Souza. (Org.). **Geografia da Cidade**. Goiânia: Alternativa, 2001.
- _____. Cidade, cidadania e cultura urbana: espaços públicos enquanto espaço de cidadania de jovens em áreas urbanas de Goiânia. **Ciência Geográfica**, Bauru, n. X, Vol. X(2): Maio/Agosto, 2004. p.p. 151-156.
- _____. **Geografia e Práticas de Ensino**. Goiânia: Editora Alternativa, 2005.
- _____. Cidade e vida urbana: a dinâmica do/no espaço intra-urbano e a formação para a participação em sua gestão. In: PAULA, F. M. de A. & CAVALCANTI, L. de S. **A cidade e seus lugares**. Goiânia: E.V., 2007.
- COSTA NETO, Antonio da. **Paradigmas em educação no novo milênio**. Goiânia: Kelps, 2002.
- DEMO, Pedro. A pobre educação pobre – alguns problemas da falta de recursos. **Educação e Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, ano III, n. 8, março de 1981. p.p. 75-95.
- FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GADOTI, Moacir. Concepção dialética da educação e educação brasileira contemporânea. **Educação e Sociedade**: Revista Quadrimestral de Ciências da Educação, ano III, n. 8, março de 1981. p.p. 5-32.
- LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Campinas-SP: Papyrus, 1988.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1991.

_____. **O direito à cidade.** São Paulo: Centauro, 2001.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F. de; TOSCHI, M. S. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização.** São Paulo: Cortez, 2003.

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história.** Belo Horizonte: Itatiaia Limitada, 1965.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

PENA-VEGA, A.; & NASCIMENTO, E. P. do. **O pensar complexo: Edgar Morin e a crise da modernidade.** Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. **Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica.** 4^a ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.